



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 6
Junho de 2014

Conexões entre a agricultura brasileira e a indústria gaúcha

Em se tratando da análise do desempenho recente da economia do RS, talvez o mantra mais repetido entre os economistas seja o de que “quando a agropecuária gaúcha vai bem, a economia gaúcha vai bem (e vice-versa)”. Mais especificamente, enfatiza-se que a ampliação da participação do RS na renda nacional está condicionada ao avanço do produto da agropecuária local. Essa máxima vigorou em 12 dos últimos 13 anos e promete repetir-se em 2014.

As razões dessa interdependência são bastante conhecidas. Apesar de participar com menos de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho, o campo origina significativa parcela das matérias-primas utilizadas pela indústria de transformação do Estado (alimentos, fumo, biocombustíveis). Além do mais, a agropecuária constitui-se em importante atividade demandante de bens industriais (insumos, máquinas, armazéns) e serviços de distribuição e transporte que são produzidos localmente. Por tudo isso, estima-se que o agronegócio responda por cerca de um terço da renda do Estado.

Porém os recorrentes altos e baixos do PIB gaúcho, associados às variações do produto da agropecuária em momentos de recuperação e quebra da safra, revelam apenas parte da dependência do Estado em relação ao agronegócio. Por sua importância para a produção de grãos, até a década de 80 do século XX o RS foi conhecido como celeiro do País. Desde então, a fronteira agrícola avançou mais em outras regiões, principalmente nas áreas do Cerrado, e o Estado perdeu protagonismo.

Essa mudança não foi tão impactante para a economia local, em parte, porque a indústria gaúcha de máquinas e equipamentos para o agronegócio, nascida para atender ao mercado regional, aproveitou o estímulo gerado pela expansão da produção agrícola nacional. Nos últimos 10 anos, o Valor Bruto da Produção agrícola do Brasil aumentou 140%, em um cenário marcado pela alta dos preços internacionais das *commodities* agrícolas, pelo avanço da área plantada e por substanciais ganhos de produtividade. A resultante capitalização do produtor rural, aliada à melhoria das condições de crédito ofertadas para a compra de máquinas e equipamentos, gerou transbordamentos para a indústria gaúcha.

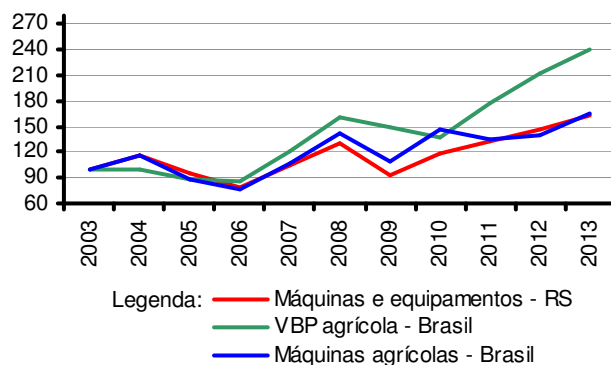
No Estado, estão presentes três Aglomerações Produtivas (AP) industriais, especializadas no fornecimento de produtos para distintas etapas das atividades agropecuárias e agroindustriais regionais e nacionais. A região dos Coredes Alto Jacuí e Produção destaca-se pela oferta de produtos voltados à preparação do solo, à plantação e ao cultivo agrícola (AP Pré-Colheita). Na Fronteira Noroeste, encontra-se a

tradicional indústria de colheitadeiras (AP Colheita), e, completando o *mix* industrial, no Noroeste Colonial, está concentrada a produção de equipamentos de armazenagem, secagem, limpeza, movimentação e controle de cereais (AP Pós-Colheita). Para se ter ideia da importância dessas atividades, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o peso das mesmas na indústria de máquinas e equipamentos do RS é superior a 50%.

Em 2013, a produção nacional de máquinas agrícolas atingiu a marca histórica de 100.000 unidades, tendo o Estado participado com 43,7% desse total. Esse crescimento da demanda nacional por bens de capital destinados a agricultura contribuiu decisivamente para o avanço de 62,2% na indústria gaúcha de máquinas e equipamentos entre 2003 e 2013. No mesmo período, a indústria de transformação do RS cresceu apenas 12,8%.

Assim, se é inegável que a economia gaúcha depende da agropecuária local, também se fortalece a percepção de que o avanço da indústria gaúcha está cada vez mais atrelado ao desempenho da agricultura nacional. No médio prazo, a expansão da renda agrícola brasileira deve manter-se, gerando oportunidades de crescimento para a indústria. Ainda que os recordes de 2013 não se devam repetir nesse ano, a retomada do Programa Moderfrota (BNDES), anunciada no final de maio, e a implementação do Plano Nacional de Armazenagem, são medidas que podem dar fôlego adicional para o setor no RS.

Índices do Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola e da produção de máquinas e equipamentos no Brasil e índice da produção de máquinas agrícolas no RS — 2003-13



FONTE: ANFAVEA, IBGE (PIM-PF) e MAPA.
NOTA: Os índices têm como base 2003 = 100.

Rodrigo D. Feix
Economista, Pesquisador da FEE

Emprego formal: sinais de desaceleração

Os efeitos da desaceleração da atividade econômica sobre o mercado de trabalho formal já começam a se tornar visíveis neste primeiro quartel do ano. Embora se mantenha a trajetória ascendente do emprego, o ritmo de expansão diminuiu sensivelmente. A frágil geração de postos no Brasil evidencia-se nos resultados dos meses de março e abril de 2014, que foram os piores para esses meses desde 1999. Em março, o saldo entre admissões e desligamentos (sem ajustes) foi de apenas 13.117, enquanto, no mesmo mês de 2013, havia sido de 112.450. Em abril, o saldo foi de 105.384 postos frente a 196.913 em abril do ano anterior. No quadrimestre (janeiro a abril de 2014), na série com ajustes, verificou-se um aumento de 458.145 pessoas no estoque de empregados, um crescimento inferior ao registrado no primeiro quadrimestre de 2013 (549.064). É o setor de serviços que tem assegurado a geração de emprego com carteira, respondendo por um pouco mais da metade do contingente acrescido nos primeiros quatro meses de 2014, seguido, à distância, pela indústria de transformação e pela construção civil. A dinâmica da geração de vagas liderada pelo setor serviços — que, tradicionalmente, tem baixa produtividade, trabalhadores com menor escolaridade e salários inferiores aos de boa parte dos demais setores — está refletindo a atual conjuntura macroeconômica de escasso crescimento e rendimentos em desaceleração.

Em que pese o resultado positivo da indústria no quadrimestre, no mês de abril só esse setor perdeu empregados (-3.427 contra 40.603 em abril 2013), configurando uma situação inédita para o mesmo que, desde 2001, pelo menos, não suprimia postos em abril. Um comportamento totalmente fora do padrão sazonal que pode ser interpretado como um processo de ajustes das empresas a um contínuo baixo crescimento do PIB. Possivelmente, os empresários que estavam evitando demitir, esperando a recuperação econômica no curto prazo, não estejam mais dispostos a “segurar” o emprego.

No *ranking* da geração de empregos, o Rio Grande do Sul destacou-se no mês de março de 2014 (saldo de 13.708), ocupando o segundo lugar, atrás de São Paulo. Já em abril,

passou para a sexta posição (8.589), com São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás à frente. No Rio Grande do Sul, como acontece no Brasil, os saldos líquidos do emprego no presente ano são menores do que os encontrados em 2013. Diferentemente do agregado nacional, no Estado é a indústria de transformação a responsável por quase a metade das vagas acrescidas no período de janeiro a abril de 2014, seguida pelo setor serviços e pela construção civil. No mês de abril, ao contrário do observado no País, o emprego na indústria de transformação gaúcha ainda teve fôlego para crescer (2.100 vagas), graças à indústria da borracha, fumo, couros e peles, responsável por grande parte dos postos criados (2.135).

Um fenômeno interessante a ser observado é o comportamento recente do emprego formal no conjunto das nove áreas metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), que mostrou um resultado aquém ao do interior dos estados desses aglomerados urbanos. Os dados de março e abril de 2014 são ilustrativos: enquanto, nas áreas metropolitanas, o emprego ficou praticamente estável em março e cresceu 0,16% em abril; no interior, expandiu-se 0,19% (março) e 0,43% (abril). O mesmo movimento pode ser detectado no ano de 2013, em que o interior do Brasil ultrapassou as áreas metropolitanas e criou mais empregos com carteira assinada. Um dos fatores apontados por alguns analistas para explicar essa situação é a política de reajuste real do salário mínimo, uma vez que as cidades menores costumam depender mais do mínimo para manter a economia local aquecida.

Pode-se esperar que o mercado de trabalho persiga uma trajetória de acomodação até, pelo menos, o final do primeiro semestre de 2014, com baixo nível de desemprego e desaceleração moderada na criação de vagas formais. As sensíveis quedas observadas na População Economicamente Ativa (PEA), nos primeiros meses de 2014, indicam ser pouco provável que ela volte a crescer e a pressionar a taxa de desocupação ao longo do ano.

Saldo entre admitidos e desligados no primeiro quadrimestre do ano, por setores de atividade selecionados, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2013 e 2014

ESTADO E PAÍS	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		CONSTRUÇÃO CIVIL		COMÉRCIO		SERVIÇOS		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		AGROPECUÁRIA		TOTAL	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Brasil	153.975	98.576	121.013	75.725	-41.811	-60.587	265.278	295.932	25.157	21.763	15.889	20.859	549.064	458.145
RS	38.427	27.843	7.700	7.723	4.035	2.123	23.533	19.300	814	356	2.243	1.642	77.122	59.686

FONTE: MTE/Caged, Lei 4.923/65.

NOTA: Série com ajustes; inclui as informações enviadas fora do prazo.

Maria Isabel Herz da Jornada
Socióloga, Pesquisadora da FEE

Redução do *spread* bancário: sim, mas por quanto tempo?

O mês de setembro de 2011 marcou o início de um ciclo de redução da taxa básica de juros por parte do Banco Central (Bacen). Naquele momento, a instituição percebeu sinais de que a crise internacional não seria superada rapidamente, e os impactos sobre a economia brasileira poderiam ser amenizados com a redução da taxa de juros. Tal processo levou a Selic a 7,25% a.a. em outubro de 2012, trazendo a taxa de juros real ao menor nível da história. No entanto, o Bacen não foi capaz de sustentar a redução. As pressões inflacionária e política convergiram para o início de um ciclo de aumento em abril de 2013, encerrado apenas no último mês.

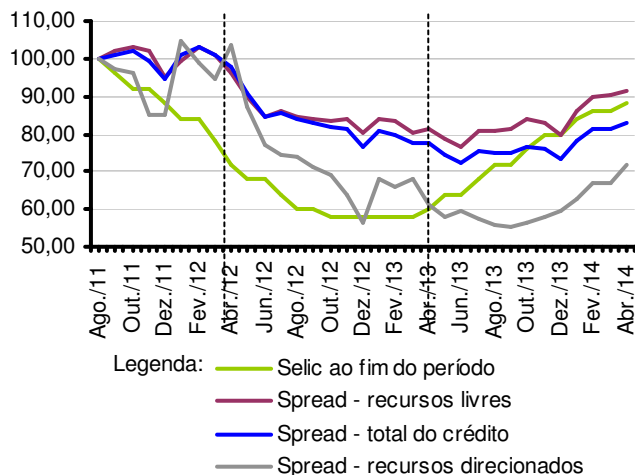
Nesse ínterim, o ciclo de redução da Selic foi acompanhado por um movimento de redução do *spread* bancário. É válido lembrar que tal dinâmica foi iniciada pelas instituições públicas de crédito em março de 2012. Após o ciclo de aumento da Selic, questiona-se: até que ponto a redução do *spread* pode ser considerada uma conquista mais duradoura?

Tendo como base os níveis de agosto de 2011, o gráfico mostra que, enquanto a taxa básica de juros esteve 12% menor que a de antes do início do ciclo de redução, o *spread* médio foi 17% menor. Ou seja, as taxas de juros cobradas no mercado ainda não teriam repassado todo o aumento da Selic, mantendo o *spread* menor.

Contudo é interessante diferenciar o *spread* conforme o tipo de empréstimo. Nesse caso, percebe-se que o *spread* médio do crédito com **recursos direcionados** manteve um patamar 28% inferior ao nível de agosto de 2011. Por outro lado, o derivado de **recursos livres** apresentou maior resistência à queda e recompôs-se rapidamente, resultando em um nível 8% menor do que aquele ao início do período.

Considerando-se o maior peso das instituições públicas no crédito direcionado, fica evidente que a redução do *spread* médio ainda depende da ação governamental para manter-se. A Selic cedeu. Resta saber por quanto tempo os bancos públicos irão sustentar esses níveis de *spread*.

Taxa Selic e *spread* médio total, com recursos livres e com recursos direcionados, no Brasil — ago./2011-abr./2014



FONTE: Bacen.

NOTA: Os índices têm como base ago./2011 = 100.

Bruno Paim
Economista, Pesquisador da FEE

Evolução da arrecadação de ICMS em 2014

A arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de janeiro a abril de 2014, chegou a R\$ 8,2 bilhões, com uma taxa de crescimento real de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Houve uma melhora na maioria dos setores da economia gaúcha, com destaque para a arrecadação do ICMS da indústria de transformação, que cresceu 2,6% de janeiro a abril de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse setor, que concentra quase a metade do total do ICMS arrecadado no Estado, originou um montante de cerca de R\$ 4 bilhões de ICMS no quadrimestre. Tal desempenho pode ser identificado também com os dados do índice de base fixa da produção industrial mensal do Rio Grande do Sul, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, no acumulado dos três primeiros meses de 2014, teve um aumento de 3,2% em relação ao ano anterior. Outro setor que merece destaque é o comércio atacadista, que registrou um aumento de 11,6% na arrecadação no quadrimestre, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Apenas dois setores apresentaram queda. O primeiro foi a indústria de beneficiamento, que arrecadou R\$ 256 milhões de janeiro a abril de 2014, um desempenho 1,7% abaixo do observado no ano anterior. O segundo foi o de serviços e outros, com uma arrecadação de R\$ 774 milhões, também 1,7% menor do que a registrada no mesmo período de 2013. Entretanto, o montante arrecadado por esses dois setores (indústria de beneficiamento e serviços e outros) é de R\$ 1 bilhão, o que representa somente 25% do total obtido pela

indústria. Estima-se que o desempenho da arrecadação do ICMS continue com essa tendência positiva ao longo dos demais meses de 2014, sendo reforçado pelo esperado crescimento da economia gaúcha. Isso acontecendo, há a possibilidade de reduzir-se o déficit orçamentário do Rio Grande do Sul, que, em 2013, chegou a R\$ 1,4 bilhão.

Arrecadação do ICMS, por setores, no Rio Grande do Sul — jan.-abr./2013 e jan.-abr./2014

SETORES DA ECONOMIA	JAN-ABR/13 (R\$ 1.000)	JAN-ABR/14 (R\$ 1.000)	VARIAÇÃO %
Indústria de transformação	3.899	3.998	2,6
Indústria de beneficiamento	260	256	-1,7
Comércio atacadista	1.910	2.132	11,6
Comércio varejista	752	776	3,2
Serviços e outros	788	774	-1,7
Outros setores (1)	201	240	19,9
Total	7.810	8.177	4,7

FONTE: Estado do Rio Grande do Sul. Fundação de Economia e Estatística.

Arrecadação do ICMS por setores. Disponível em:

<<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 22.05.2014.

NOTA: Os valores do ICMS estão a preços de 1º de maio de 2014 e foram deflacionados pelo IGP-DI.

(1) Abrangem produção animal e extração vegetal, indústria extrativa mineral, indústria de montagem e indústria de acondicionamento e recondicionamento.

Alfredo Meneghetti Neto
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — nov./13-abr./14

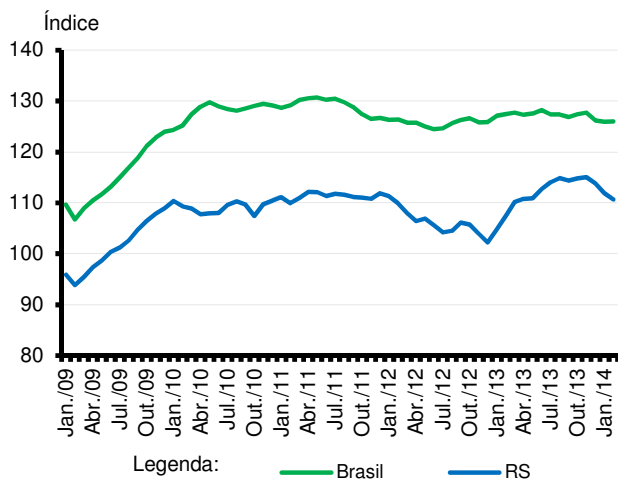
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Nov./13	0,54	4,95	5,77	0,29	4,90	5,61	
Dez./13	0,92	5,91	5,91	0,60	5,53	5,53	
Jan./14	0,55	0,55	5,59	0,48	0,48	5,67	
Fev./14	0,69	1,24	5,68	0,38	0,86	5,77	
Mar./14	0,92	2,18	6,15	1,67	2,55	7,31	
Abr./14	0,67	2,86	6,28	0,78	3,35	7,98	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./14



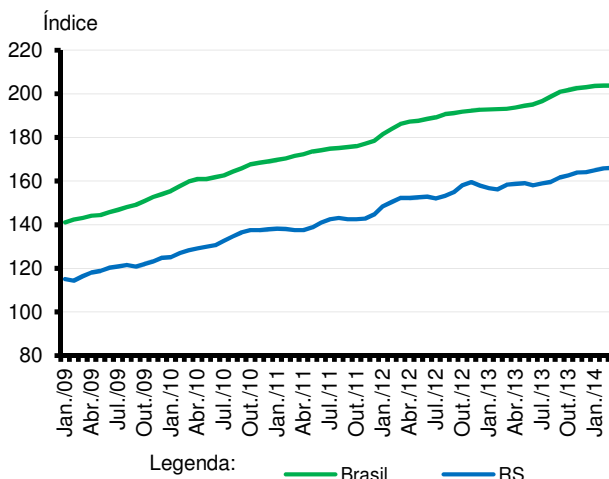
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-mar./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — nov./13-abr./14

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Nov./13	Dez./13	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,30	2,35	2,38	2,38	2,33	2,23	2,33	2,27
Taxa de câmbio efetiva real (3)	94,8	96,3	97,1	96,6	92,9	88,7	93,8	93,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	10,00	10,00	10,50	10,75	10,75	11,00	10,75	9,58
Superávit primário (% do PIB)	-6,8	-2,5	-4,9	-0,5	-0,9	-4,0	-2,6	-1,9
Balança comercial (US\$ milhões)	1.739	2.652	-4.059	-2.125	112	506	-5.566	3.131
Exportações (US\$ milhões)	20.861	20.846	16.026	15.934	17.628	19.724	69.312	240.023
Importações (US\$ milhões)	-19.123	-18.194	-20.085	-18.059	-17.516	-19.218	-74.878	-236.892
Transações correntes (US\$ milhões)	-5.104	-8.636	-11.539	-7.398	-6.247	-8.291	-33.476	-81.611

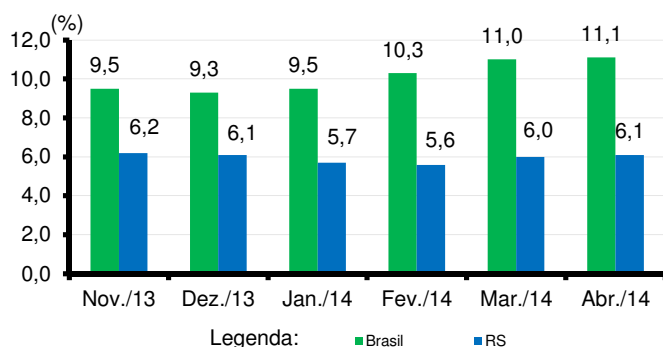
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 6

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — nov./13-abr./14



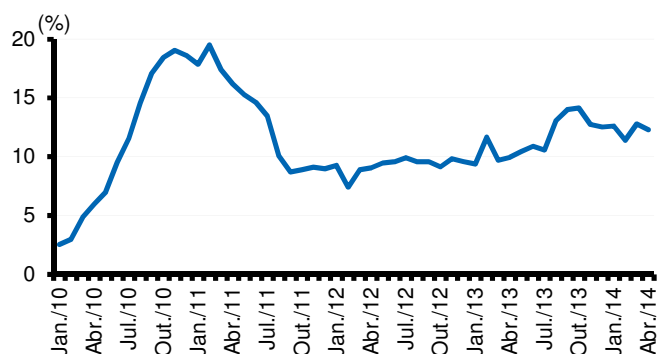
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-abr./14



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

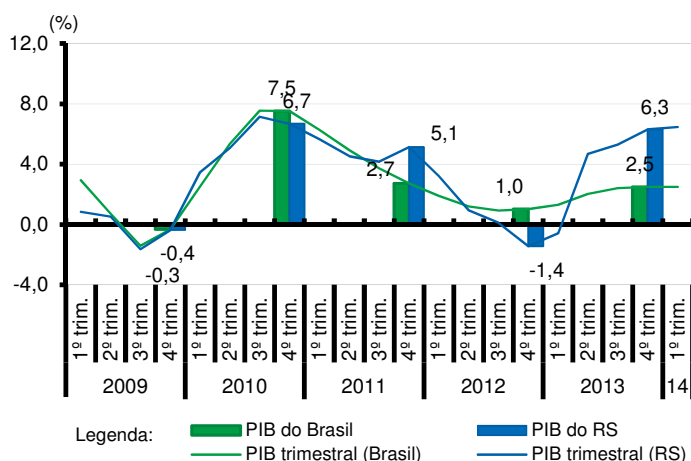
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — nov.-abr./14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Nov./13	23.933	221.333	10,8	46,9	-0,7	17,7	3,5	24,5	-4,0
Dez./13	25.094	242.179	10,4	44,3	-0,2	16,8	4,1	22,6	-4,1
Jan./14	1.077	16.026	6,7	4,0	0,4	-14,6	3,6	21,8	-3,2
Fev./14	2.096	31.960	6,6	-1,0	1,4	-14,9	7,1	16,3	-5,3
Mar./14	3.249	49.588	6,6	-8,0	-2,5	-20,6	2,9	16,0	-5,2
Abr./14	4.905	69.312	7,1	-6,8	-3,0	-20,1	3,6	16,5	-6,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

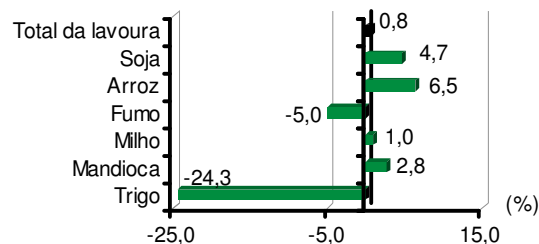
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-1º trim./14



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — abr./14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Os rumos do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF), desde que foi criado, em outubro de 2003, vem registrando avanços significativos. Quando o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em julho de 2011, com o intuito de superar a condição de extrema pobreza, incluiu como um dos seus eixos o de garantia de renda, inserindo o PBF como um programa fundamental para atingir esse objetivo.

O PBF sofreu alterações importantes nos últimos anos. Em 2011, houve a ampliação do número de beneficiários e dos valores transferidos. Em mar./11, ocorreram reajustes diferenciados para cada tipo de benefício (o maior reajuste, de 45%, foi para o benefício variável para crianças e adolescentes de zero a 15 anos). Além disso, ampliou-se o limite dos benefícios variáveis de três para cinco, por família. Também foram criados dois novos benefícios, o Benefício Variável à Nutriz (BVN) e o Benefício Variável à Gestante (BVG).

Ampliando os benefícios do PBF, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Carinhoso em maio de 2012, focalizado nas famílias extremamente pobres com crianças de até seis anos, que passaram a receber um reforço monetário, de valor variável de acordo com cada família, para completar R\$ 70 mensais *per capita*. Em novembro de 2012, o Programa foi estendido para as famílias com crianças de sete a 15 anos e, no mês de fevereiro de 2013, passou a incluir todas as pessoas beneficiárias do PBF.

A complementação de renda também foi realizada pelos estados. No Rio Grande do Sul, no ano de 2011, foi criado o Programa Estadual de Erradicação da Pobreza Extrema — “RS Mais Igual”, com o objetivo de reduzir os índices de vulnerabilidade econômica e social e incluir a população em situação de pobreza extrema na rede de políticas públicas. Esse programa iniciou repassando R\$ 50 às famílias beneficiárias do PBF cuja renda *per capita* mensal fosse inferior a R\$ 70. Em abril de 2013, ocorreu uma repactuação da complementação, que ampliou esse limite e garantiu uma renda mensal de R\$ 100 *per capita* para os beneficiários do PBF com crianças de até seis anos de idade. Até março de 2014, o Programa já beneficiou 70.000 famílias no Estado.

O PBF repassa quatro tipos de benefícios, os quais sofrerão reajustes de 10% a partir de junho de 2014. O Benefício Básico, pago para famílias com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70, passará para R\$ 77. O Benefício Variável, pago por criança ou adolescente de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrízes, limitado a cinco benefícios por família, subirá de R\$ 32 para R\$ 35, até o limite de R\$ 175 mensais por família. O Benefício Variável vinculado ao adolescente até 17 anos passará de R\$ 38 para R\$ 42 mensais, até o limite de R\$ 84 mensais por família. Considerando-se estes últimos reajustes, o benefício médio do conjunto dos beneficiários do PBF, que alcançou R\$ 150 mensais no mês de abril de 2014, deverá atingir R\$ 167 a partir de junho desse ano.

O montante de recursos transferidos pelo PBF representou o equivalente a 0,5 % do PIB em 2013, o que é um percentual pequeno, dado o elevado número de beneficiários (14 milhões de famílias).

O PBF está atrelado a condicionalidades — os compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias na área de saúde, educação e assistência social —, que devem ser cumpridas para que continuem a receber o benefício. Apesar de críticas iniciais à utilização de condicionalidades, o controle sobre as mesmas vem-se expandindo e sendo aperfeiçoado, devendo gerar efeitos positivos no médio e no longo prazo.

Em 2006, do total de nove milhões de famílias beneficiárias com perfil saúde (que abrange crianças de até sete anos e mulheres de 14 a 44 anos), 36% foram acompanhadas. No segundo semestre de 2013, as famílias beneficiárias já somavam 11,8 milhões e foram acompanhadas 8,7 milhões (73%). No Rio Grande do Sul, o número de famílias com perfil saúde subiu de 265.000 (35% acompanhadas) para 369.000 (64% acompanhadas) nesse mesmo período, situando-se abaixo do percentual atingido no País. Das crianças beneficiárias com perfil saúde, cinco milhões (73% do total) foram acompanhadas no País, no segundo semestre de 2013. Dessas, quase a totalidade (99%) estava com o calendário de vacinação em dia, e a maioria (86%) teve dados nutricionais coletados. No Rio Grande do Sul, o percentual de crianças monitoradas com a vacinação em dia foi igual ao do País (99%) no período, e os dados nutricionais foram coletados para 91% das crianças. Quanto às gestantes, no último semestre de 2013, praticamente todas foram acompanhadas (99% do total). Tanto no País quanto no Estado, cumpriu-se o compromisso de realização em dia do pré-natal.

A condicionalidade da educação registrou a frequência escolar de 15 milhões de crianças e adolescentes beneficiárias do PBF no último bimestre de 2013. Desse total, 96,8% cumpriram a frequência regular mínima (85%). No Rio Grande do Sul, as crianças e os adolescentes acompanhados somaram 459.000, e, desses, 93% tiveram a frequência mínima exigida. Esse monitoramento contribuiu para a redução do abandono e da evasão escolar. A taxa de permanência das crianças beneficiárias do PBF na escola é maior em todos os períodos escolares. Assim, há evidências de que o Programa contribui para elevar a frequência à escola e para diminuir a repetência dos alunos beneficiários.

Aliadas à transferência de renda, outras ações visam melhorar a qualidade de vida da população mais vulnerável. Dentre elas, destacam-se as políticas sociais de valorização do salário mínimo, de acesso ao crédito e de geração de emprego e renda. Um exemplo de inclusão da população mais pobre no mundo do trabalho é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec-BSM), que visa qualificar pessoas de baixa renda, através de cursos gratuitos, ministrados por Institutos Federais e instituições do Sistema S. Até março de 2014, já haviam sido realizadas um milhão de matrículas no País. Portanto, é necessário um amplo conjunto de medidas para combater a pobreza de maneira duradoura.

Isabel Rückert
Economista, Pesquisadora da FEE

A saúde no Rio Grande do Sul segundo o novo Idese

No mês de abril de 2014, a Fundação de Economia e Estatística divulgou os resultados do novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) para o período 2007-10. O Índice passou por importante revisão metodológica e abarca em sua versão atual três blocos de indicadores: Educação, Renda e Saúde. As mudanças realizadas no Índice tornam-no uma ferramenta mais confiável e precisa para subsidiar decisões sobre a formulação de políticas públicas no Estado.

O Bloco Saúde do novo Idese é composto por três sub-blocos: saúde materno-infantil, condições gerais de saúde e longevidade. A saúde materno-infantil é avaliada a partir da taxa de mortalidade das crianças menores de cinco anos de idade e da proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas pré-natal. As condições gerais de saúde são medidas pelo desempenho da taxa de mortalidade por causas evitáveis e pela proporção de óbitos por causas mal definidas. Por fim, a longevidade é aferida a partir da taxa bruta de mortalidade padronizada.

Para o ano de 2010, o Idese apresentou um resultado 4% superior ao obtido em 2007, passando de 0,699 para 0,727. O Bloco Saúde contribuiu positivamente para o resultado do Índice, tendo apresentado a melhor nota entre os três blocos componentes do indicador em 2010. De fato, enquanto os índices de Educação e Renda foram, para o ano citado, de 0,654 e 0,724, respectivamente, o Bloco Saúde obteve índice de 0,803. No entanto, esse bloco foi o que apresentou menor variação positiva: enquanto Educação e Renda melhoraram, respectivamente, 4,2% e 6,1% entre 2007 e 2010, o desempenho do Bloco Saúde variou apenas 2,0% no mesmo período.

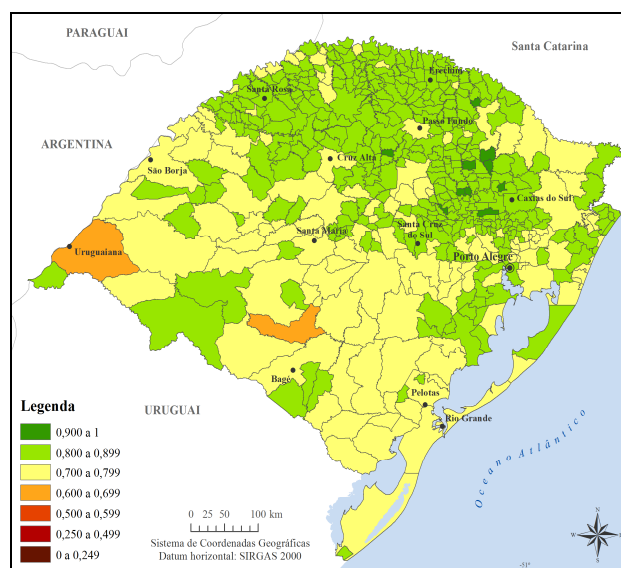
O resultado positivo do Bloco Saúde é devido, em grande parcela, aos números bastante favoráveis para a longevidade no Estado. O resultado do sub-bloco longevidade foi de 0,842. O sub-bloco saúde materno-infantil também apresentou resultado positivo, com nota de 0,818. Dos três sub-blocos utilizados na avaliação da saúde no Estado, a pior nota relacionou-se às condições gerais de saúde. Esse sub-bloco, que engloba indicadores de óbitos por causas mal definidas e por causas evitáveis, registrou resultado de 0,749 para o ano de 2010. É importante salientar que o fato de o Bloco Saúde ter apresentado números — de modo agregado — positivos não significa que os serviços de saúde do Estado gozem de excelência e que os gestores públicos podem deixar de priorizar essa área. Ao contrário, o que se observa é que a questão da qualidade do atendimento em saúde ainda é bastante problemática no Estado, apesar da escassez de indicadores confiáveis e abrangentes.

Um ponto que merece destaque na análise dos resultados diz respeito a uma imagem distorcida que o leitor poderia formar a partir do resultado agregado para o Estado. A afirmação de que o resultado do Bloco Saúde foi de 0,803 não deixa transparecer as desigualdades existentes dentro do Estado. Essas desigualdades são claramente visíveis dentro da histórica divisão entre as Metades Sul e Norte do Rio Grande do Sul. O mapa ao lado mostra a diferença entre essas duas porções do Estado, no que diz respeito ao resultado do Bloco Saúde para o ano de 2010. Percebe-se que os municípios com as melhores notas estão concentrados, de modo geral, na porção norte do Estado. Além disso, na região setentrional, estão localizados todos os municípios com resultado superior a 0,900.

A tradicional divisão do Estado, em termos de desenvolvimento, entre Norte e Sul é também visível quando se divide o Estado em mesorregiões. Em 2010, as mesorregiões que apresentaram melhor desempenho foram a Nordeste (0,854) e a Noroeste (0,826). Na outra ponta, os piores desempenhos foram registrados nas regiões Sudoeste (0,766) e Sudeste (0,774). Esse fenômeno não é exclusivo aos indicadores de Saúde, repetindo-se também nos Blocos Renda e Educação. Reiteradamente, a Metade Sul apresenta indicadores inferiores aos da Metade Norte. No período entre 2007 e 2010, as regiões Sudeste e Sudoeste registraram melhoras no Bloco Saúde superiores às alcançadas pelo Estado (2,1% e 2,4% respectivamente, ante uma melhora de 2,0% nos números agregados para todo o Estado). No entanto, esse desempenho foi insuficiente para retirar ambas as regiões das piores posições no ranking estadual do Bloco Saúde.

O município que apresentou o melhor resultado para o ano de 2010 está localizado na região do Alto Jacuí e trata-se de um município pequeno: Lagoa dos Três Cantos. Sua nota no Bloco Saúde foi 0,924. Os Municípios Santo Expedito do Sul e Nova Bassano apresentaram números igualmente positivos, de 0,923 e 0,921 respectivamente. Esses são os três municípios com melhores resultados no bloco. Por outro lado, Lavras do Sul (0,666), Uruguaiana (0,694) e Itaqui (0,711) foram os municípios que apresentaram as piores notas no mesmo quesito. Quando consideramos apenas os municípios com população superior a 100.000 habitantes, o município que apresenta o melhor resultado é Bento Gonçalves (0,893). Os Municípios de Caxias do Sul (0,853) e Santa Cruz do Sul (0,845) vêm logo atrás, seguidos por Porto Alegre (0,809). Por outro lado, Uruguaiana desponta com o pior resultado em Saúde entre os municípios mais populosos (0,694).

Idese, do Bloco Saúde, por municípios, no Rio Grande do Sul — 2010



FONTE: FEE.

Thiago Felker Andreis*
Economista, Pesquisador da FEE

* O autor agradece à Mariana Pessoa pela confecção do mapa.

Desenvolvimento regional do RS no contexto brasileiro

Recentemente, a Fundação de Economia e Estatística revisou o dado preliminar do crescimento do Estado em 2013, que atingiu expressivos 6,3%, número bastante superior ao resultado para o Brasil como um todo, cujo crescimento chegou a 2,3% no mesmo ano. A divulgação desse número é acompanhada pela tão requisitada participação do RS na produção total do Brasil, no ano passado, que teria ficado em torno de 6,4%, recuperando o patamar de 2011. É interessante a grande obsessão da sociedade e da mídia pelo tamanho da fatia gaúcha no bolo brasileiro. Embora boa parte do crescimento seja decorrente de uma “base fraca”, resultado do retrocesso da economia gaúcha em 2012, pretende-se demonstrar aqui que o desempenho de longo prazo do Rio Grande do Sul, em comparação com o de outras unidades da Federação, está longe de ser ruim, particularmente quando se consideram as peculiaridades demográficas do Estado e o papel do Rio Grande do Sul em uma nação ainda muito desigual em seu território.

Com a atual participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o Rio Grande do Sul é a quarta principal economia do País, depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo seguido de perto por Paraná, na quinta colocação, e Santa Catarina, um pouco mais distante, em sexto lugar. No entanto, mais importante do que seu tamanho absoluto, ao longo do período analisado, o Rio Grande do Sul manteve um PIB *per capita* em um nível bastante superior à média brasileira, ao redor dos 16% após a estagnação de 2005, fenômeno que também impactou o Estado em 2012, como indica o gráfico ao lado. Minas Gerais, por sua vez, tem um PIB por habitante cerca de 10% inferior à média brasileira, tendo chegado a ser 19% inferior em 2002. Enquanto isso, São Paulo, que, em 2007, chegou a um PIBpc 56,7% superior à média nacional, e Rio de Janeiro, com um máximo de 38,3% de superioridade sobre o país em 2006, também apresentaram uma leve convergência em direção à média brasileira, registrando, em 2011, uma superioridade de 50,8% e 33,4% respectivamente.

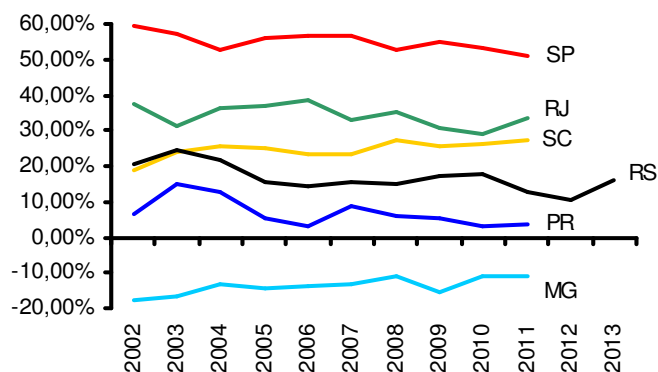
Portanto, cabe ressaltar que o Rio Grande do Sul pertence ao seletivo grupo dos oito, dentre 27 unidades da Federação, que, em 2011, possuíam renda gerada *per capita* superior à média nacional, incluindo o Distrito Federal, que está no topo da lista. A importância disso fica evidente frente ao tamanho da desigualdade territorial brasileira, em que 13 unidades da Federação, naquele ano, apresentavam uma produção anual por habitante mais de 40% inferior à média do País. Isso mostra como o Rio Grande do Sul já se encontra, há muitos anos, entre os estados brasileiros com maior produtividade média, o que também se reflete nos seus indicadores de desenvolvimento e qualidade de vida, em geral.

Estando o RS em uma condição relativamente mais avançada, supõe-se que o crescimento puxado pelos ganhos

de produtividade é mais lento do que nos estados mais pobres, e a expansão do PIB regional passa a depender mais da velocidade com que aumentam os fatores produtivos, como é o caso da mão de obra. Nesse quesito, no entanto, o crescimento gaúcho é muito inferior ao do resto do País. Entre 2002 e 2011, a população do Rio Grande do Sul apresentou uma taxa de crescimento de cerca de um terço da verificada na população brasileira e de quase a metade do crescimento demográfico dos demais estados apresentados no gráfico (com exceção de Santa Catarina, cuja população cresceu ainda mais do que a brasileira).

Na corrida pelo desenvolvimento, é desejável que aquelas regiões do território nacional que possuem um nível inferior de produtividade média logrem alcançar aqueles estados que hoje se encontram na frente, desde que estes não estejam ficando mais pobres. É com esse enfoque que uma série de programas do Governo Federal vem atuando nos últimos 15 anos, em particular no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Esses programas atuam buscando “reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País”. Se a fatia relativa dos mais ricos diminui e sua renda por habitante está mais próxima da média brasileira, isso é sinal de sucesso e não o contrário. No entanto, essa conclusão vale apenas quando olhamos o Brasil como uma nação, e não como um emaranhado de unidades federadas que competem entre si, como de praxe.

Diferença entre o Produto Interno Bruto *per capita* de estados selecionados e a média do Brasil — 2002 a 2011



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE-Contas Regionais.

NOTA: Os dados do Rio Grande do Sul para 2012 e 2013 são baseados em estimativas preliminares, que serão revistas para a compatibilização com os demais Estados.

Tomás Pinheiro Fiori
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 05.06.14).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes.

Editoração: Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br